

AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Linaldo da Silva¹, Maria Páscoa do Vale², Terezinha Albuquerque³

RESUMO: Este ensaio teórico parte de uma breve contextualização sobre a avaliação de impacto das políticas sociais e seus benefícios para uma determinada sociedade. Através deste levantamento, procura-se discorrer em quais aspectos se deve elaborar uma avaliação de impacto e relacioná-los com o desempenho e resultados alcançados pelos programas de ações populares. Ponderou-se também sobre o ato de avaliar entendendo que este é de primordial relevância para se chegar ao consenso do que esperar com a avaliação. Pois é esse entendimento necessário para elencar o que é bom ou ruim para a população e se o que está sendo feito abrange todos os aspectos sociais ou não. Além de que, necessário de faz, a escolha do melhor método a ser utilizado, pois este depende mais do objetivo da política e da observação de seu escopo do que da preferência do avaliador, do seu talento e destreza para com as técnicas de avaliação. Observando-se ainda que a avaliação de impacto das políticas sociais recorre a métodos qualitativos, que irá ajudar a decidir se continua ou não o projeto e quantitativos que permite avaliar se modifica ou não a programação estabelecida. Reforçando que é preciso analisar quais os pressupostos ideológicos e os princípios de cada política. Para finalmente chegar a conclusões de que a eficiência e a eficácia do programa irão fornecer informações referentes às verdadeiras mudanças provocadas pela intervenção. Podendo essas ser esperadas e inesperadas, positivas ou negativas.

Palavras-chave: Avaliação. Impacto. Políticas sociais. Benefícios.

ABSTRACT: This theoretical essay part of a brief background on the evaluation of the impact of social policies and their benefits for a given society. Through this survey, we attempt to discuss what aspects whether to prepare an impact assessment and relate them to performance and results achieved by popular action programs. Also weighed on the act of assessing the understanding that this is of paramount importance to reach a consensus of what to expect with the evaluation. For it is necessary for this understanding to list what is good or bad for the people and what is being done covers all aspects of social or not. In addition to that which is necessary to do, choosing the best method to be used, since this depends more on the policy objective and scope of the observation that the preference of the evaluator of talent and skill to the valuation techniques. By observing the impact assessment of social policy draws on qualitative methods that will help you decide whether to continue the project and allows quantitative assess whether or not to modify the schedule established. Reinforcing that which is necessary to analyze the ideological assumptions and principles of each policy. To finally arrive at conclusions that efficiency and effectiveness of the program will provide information about the real changes brought about by the intervention. These can be expected and unexpected, positive or negative.

Key-words: Evaluation. Impact. Social policies. Benefits.

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de amadurecer as experiências vividas, no acompanhamento e assessoria aos grupos e movimentos sociais que lutam por melhorias, tem estimulado a organização e a participação desses na formulação de propostas alternativas de políticas públicas. Assim como, investindo na capacitação dos sujeitos sociais envolvidos nessas lutas, através dos movimentos cuja principal preocupação é o bem estar coletivo.

Partindo da premissa de que a participação social é um elemento fundamental a ser considerado nas avaliações de impacto social das políticas, programas e projetos. O presente estudo buscou contribuir com a produção de conhecimentos sobre o tema da participação

¹ Bacharel em Turismo e Professor da Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do RN – FACEX. Contato: linaldodasilva@yahoo.com.br

² Mestranda em Ciências Sociais pela UFRN e Professora da FACEX. Contato: m.pascoa@hotmail.com

³ Mestre em Ciências pela UFRN e Professora da FACEX. Contato: terezinhaalbuquerque@yahoo.com.br

social e a avaliação de políticas sociais, focalizando determinados recortes no âmbito da avaliação de políticas públicas em experiências populares, de forma a possibilitar a aferição das mudanças que se desencadeiam a partir de processos participativos.

Entende-se que a participação social tem interface com todos os aspectos e momentos de implantação de um determinado programa, desdobrando-se necessariamente em estudos sobre o antes, o durante e o depois da execução do programa. Em função disso, compreende-se que programas e projetos com participação social levam a melhores resultados e ao exercício de uma prática cidadã.

Com o processo de democratização, o sentido da participação se amplia, a partir da configuração de um novo campo de articulação social e da conquista de espaços para a participação dos sujeitos sociais na gestão, implementação e controle de políticas públicas principalmente no final dos anos de 1980, com a Constituição de 1988, em que a categoria de participação amplia-se para as dimensões de direitos sociais e cidadania principalmente possibilitando a participação da população na elaboração, definição, gestão e na execução das políticas públicas. Para Dagnino (2002) a participação da sociedade civil organizada é fundamental na garantia das demandas sociais, e acima de tudo na consolidação da democracia no nosso país

Muitos acreditavam que a abertura da participação no espaço público para a sociedade seria o fermento necessário para se pensar uma cultura política mais democrática e participativa. No entanto, percebe-se claramente que o associativismo, a vigilância cidadã, ainda estão restritos a movimentos organizados e a ONGs. O envolvimento do cidadão em processos participativos não é uma prática assimilada na cultura brasileira. Há carência de pessoas que assumam o papel de liderança e representação nos diferentes espaços institucionais criados, como também é pequeno o exercício da participação no cotidiano e na gestão pública. Muitas vezes, em virtude das práticas tradicionais da nossa política como o clientelismo, patrimonialismo e a ausência de transparência, dificultam a interação do cidadão com a “coisa pública”.

Neste processo há uma maior visibilidade da atuação das ONGs, que ganham destaque na mídia pela intervenção em fóruns e conferências internacionais. Elas passaram a ser vistas como mais ágeis e eficazes, bem como passíveis de dar legitimidade a programas e políticas governamentais.

Logo, o desafio deste estudo é buscar identificar a participação da população nos programas voltados às experiências populares, bem como os elementos de construção de uma nova compreensão de cidadania, de uma nova sociabilidade – a participação estratégica – e relacioná-los com o desempenho, resultados e impactos dos programas de ações populares.

Para melhor compreensão deste artigo, primeiramente fizemos uma breve discussão teórica sobre o conceito de avaliação para posteriormente analisar a importância da

participação nas discussões de ordem pública e por fim uma análise sobre avaliação das experiências populares.

2 AVALIAÇÃO: ASPECTOS RELEVANTES NAS POLITICAS PUBLICAS

O julgamento que se espera de um determinado programa público é que este seja elaborado para alcançar metas previamente estipuladas segundo a sua concepção e que impactem diretamente sobre os beneficiários planejados. Como por exemplo: redução da pobreza, melhorar os resultados de saúde da população, elevar o nível de escolaridade de determinada faixa etária ou gênero de pessoas, etc. Entretanto alguns programas não ultrapassam a trajetória descrita na sua implantação e não chegam a causar nenhum tipo de impacto ou benefício ao fim esperado. Khandker, Koolwzal e Samad (2010) consideram que as teorias de avaliação são:

O ponto fulcral do nosso argumento é que o propósito fundamental da teoria de avaliação de um programa consiste em especificar as práticas viáveis que os avaliadores podem usar para construir o conhecimento do valor dos programas sociais que pode ser usado para amenizar os problemas sociais para os quais os programas são relevantes (KHANDKER, KOOLWZAL; SAMAD, 2010, p.1).

Contudo é preciso chamar a atenção para a real necessidade da avaliação, mas não sem antes fazer algumas considerações sobre o ato de avaliar. Para tanto alguns autores consideram que avaliar é atribuir valor sobre alguma coisa, é dizer se o que está sendo feito é bom ou ruim, se é recomendável ou não, mas como lembra Figueiredo e Figueiredo (1986) é necessário estabelecer critério de avaliação que permita dizer se e porque uma política é preferível à outra. Segundo eles são os parâmetros que a tornam preferível. Na verdade é necessário que realmente façam sentido e tragam bem-estar para a população que será diretamente beneficiária. Ou seja, avaliar exige talento e destreza para com as técnicas de investigação, bem como habilidades de caráter político, social e de relações humanas.

Assim sendo, para entender política pública é preciso entender a análise e elucidação dos critérios que fundamentam determinada política ou as razões que a tornam preferível. Neste sentido os Figueiredo citam que:

A noção de sucesso ou fracasso de uma política depende obviamente dos propósitos dessa política e das razões que levaram o analista a avaliar tal política. Do lado dos propósitos das políticas, devemos considerar que as políticas públicas – as decisões governamentais – tem geralmente dois aspectos: a) Gerar um produto físico, tangível e mensurável; e b) Gerar um impacto, que, tanto pode ser físico, tangível e mensurável, quanto subjetivo, alterando atitudes, comportamentos e/ou opiniões (FIGUEIREDO & FIGUEIREDO, 1986, p. 109).

Outro aspecto bastante relevante para a avaliação de política pública é no que tange ao método de avaliação, pois estas têm métodos que são próprios aos da pesquisa social para elucidar o programa e o seu objetivo. Para tanto, a escolha de método a ser utilizado irá

dependem do objetivo da política e da observação de seu escopo do que da preferência do avaliador (DEUSTSCHER, 1979). Assim para Figueiredo e Figueiredo (1986) os métodos podem ser por amostragem, por análise de dados agregados, análise de conteúdo e /ou observação participante. Para Khandker, Koolwzal e Samad (2010) consideram que para conseguir resultados bastante expressivos em avaliações de impacto de políticas públicas, o avaliador deverá determinar qual método será utilizado bem como se necessário for, utilizar mais que um método para que se tenha mais rigor nas análises dos dados colhidos. Assim para Cohen e Franco (1993) a avaliação pode se valer de métodos qualitativos, que irá ajudar a decidir se continua ou não o projeto e quantitativos que permite avaliar se modifica ou não a programação estabelecida. Também deverão ser considerados os momentos da avaliação: ex-ante realizado em antecipação ao projeto, é o momento de questionamento se o projeto deve ou não ser implementado e ex-post que irá ajudar quando o projeto já está em execução ou já está concluído.

Em relação a essa etapa, Cohen e Franco (1993), sinaliza dois tipos de avaliação: a avaliação de processos, que é realizada durante a implementação e que tem como principal objetivo medir a eficiência do projeto e, avaliação de impacto, realizada após a finalização do projeto, objetivando medir se os objetivos do projeto foram atingidos, bem como identificar os efeitos previstos e não previstos pelo projeto.

Com base nos pontos até então tratados quanto à conceituação e aos critérios a serem estabelecidos para se fazer a avaliação, deve-se salientar ainda quanto aos grupos interessados que poderão se utilizar e ou se beneficiar-se do projeto. Na prática, sempre que se solicita a avaliação esta é para se tomar decisões sobre a implementação, melhoramento ou correções do programa estabelecido. Assim os grupos que poderão utilizar-se da avaliação, ou aqueles considerados como grupos de pressão são: as organizações que patrocinam o projeto; organismo nacional e local; os diretores do projeto; o pessoal do serviço direto; acadêmicos de diversas disciplinas, movimentos sociais, partidos políticos, técnicos, planejadores, avaliadores, administradores, o judiciário e a mídia.

No entanto existem razões para se estabelecer uma avaliação principalmente em se tratando no que tange sobre o efeito do programa sobre a população alvo, e as alterações nas condições sociais. Mais uma vez lembrando que: é preciso analisar quais os pressupostos ideológicos e os princípios de cada política. Figueiredo e Figueiredo (1986) apontam duas razões que promovem a avaliação de políticas: Razões morais – moralidade positiva, legal, apropriação dos gestores e usuários na gestão do programa e na apropriação dos benefícios.

O objetivo da avaliação não é tanto o volume ou a natureza do produto, nem o tamanho de seu impacto, mas se esses produtos condizem, minimamente, com princípios de justiça política e social sobre as quais existe um consenso mínimo (FIGUEIREDO & FIGUEIREDO, 1986, p. 110).

Já as razões instrumentais – se refere no que concerne a implementação da política ou programa objetivando a geração contínua de informações para monitorar a execução do programa. De um lado, o processo de produção do produto esperado, do outro, está à quantidade e o controle desses impactos.

Além disso, é relevante avaliar as ações provenientes do resultado do impacto ocorrido pois além da avaliação gerar informações sobre os insumos utilizados, o custo, a eficiência e eficácia do programa irá fornecer informações referentes às verdadeiras mudanças provocadas pela intervenção.

Importante ainda salientar que a avaliação serve como termômetro que determina a eficiência, a efetividade, o impacto e a sustentabilidade do programa, para tanto ela carece de processos distintos de avaliação, ou seja, não deve haver um único processo avaliativo mas sim a junção de vários para que se tenha um resultado mais abrangente.

3 AVALIAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS POPULARES

3.1 A PARTICIPAÇÃO COMO UM IMPORTANTE ELEMENTO PARA AVALIAÇÃO

A participação é um importante instrumento para a legitimação de instituições e organizações democráticas, uma vez que, favorece a competência cívica e a eficácia política, conceitos que se referem à capacidade do indivíduo de influenciar no processo decisório. Logo, participar é uma forma de selecionar ou influenciar governos, de exercer direitos políticos e sociais, de apoio ou de pressão.

Mais especificamente em Pateman (1992) no livro *Participação e Teoria Democrática*, a prática participativa tem um caráter pedagógico no aprendizado das relações democráticas, uma vez que, cria indivíduos voltados para o interesse coletivo e para as questões políticas. Participando, o indivíduo habilita-se a atitudes de cooperação, integração e comprometimento com as decisões. Ela argumenta que a participação mais ampla na esfera política começa necessariamente com a participação em microesferas da vida social. “As pessoas com senso de eficácia política têm mais probabilidade de participar da política do que aquelas que carecem desse sentimento” (PATEMAN, 1992, p.66).

Os canais de participação vão desde associações de moradores até uma participação mais institucionalizada como os conselhos gestores de políticas públicas. Um outro canal que tem trazido relevantes mudanças ao coletivo são a participação das ONGs que motivam associações mais pontuais e que, embora com interesses específicos, fazem com que diminua a exclusão social, trazendo novas experiências num contexto de relacionamentos entre os atores envolvidos.

A ampliação do conceito de ONGs se deu nos anos 1980 e 1990 onde essas organizações ganharam legitimidade e, deixando de ser oposição ao sistema, passam a formar parcerias na execução de políticas públicas. Assim, não é difícil perceber a disseminação de organizações voltadas aos variados campos da vida humana associada, seja dedicando-se à atividade solidária produtiva, como cooperativismo, fundos mútuos ou associativismo, seja em atividades filantrópicas ou de caridade. Apesar da sua ampla expansão as organizações não se eximiram das críticas. Pois acreditam que estas desresponsabiliza o Estado de suas

funções junto à sociedade, o que torna cada vez mais longe o governo da vida das comunidades e o seu papel cada vez mais desacreditado na medida em que passa a delegar as suas responsabilidades para as organizações.

O trabalho desempenhado pelas ONGs tem como foco principal, os projetos sociais, cujo objetivo é gerar impactos sobre a vida das pessoas. Sobre os programas sociais, Weiss coloca que:

Tem como objetivo geral melhorar a o destino ou a vida das pessoas, seja na área de educação, saúde, habitação, serviços jurídicos, planos para geração de renda e todos aqueles que visam o bem-estar social. Pode ter como fins mais específicos: a troca de conhecimentos, atitudes, valores e condutas das pessoas envolvidas direta ou indiretamente e/ou, ainda, melhorar as instituições presentes numa determinada comunidade. E para fazer isso, de maneira organizada, deve estabelecer metas (WEISS, 1978, p.13).

E é no estabelecimento dessas metas que o programa procurará incidir os seus impactos, causando as transformações esperadas, que só poderão ser vislumbradas através da avaliação.

Ao fazer uma análise teórica conceitual sobre as ONGs pode se perceber o seu caráter não-governamental, autogovernado e não lucrativo. Porém algumas ressalvas podem ser consideradas tendo em vista que existem parcerias e terceirizações do governo para com as mesmas, condicionadas por políticas de governo e além disso, para Barros e Santos (2010) “o caráter de não-lucratividade não se verifica, já que tais entidades se beneficiam com isenção de impostos, melhoria de imagem e propaganda, ou seja, existe o fim lucrativo, mesmo que indireto”. Podendo-se perceber então, que os objetivos econômicos passam a dominar todas as esferas da vida humana moderna, vislumbrando cada vez mais o lucro, produtividade, eficiência e eficácia voltadas às ações sociais.

Para tanto essas organizações assumem o papel do Estado, tomam para si a responsabilidade e colocam para cada um a necessidade e a obrigação de enfrentar os problemas gerados pelo sistema capitalista onde irão traçar parcerias, seja com a iniciativa privada, seja com o Estado procurando sempre estar focadas na lógica de mercado, ou seja, na busca de melhores resultados e maior produtividade: “quanto mais otimizada for a utilização dos recursos financeiros para investimentos, mais possibilidade terá a ONG de ampliar e até diversificar sua linha de produção, atendendo a novos clientes (TACHIZAWA, 2007, p. 167).

Diante desse cenário que se coloca as ONGs atualmente onde o associativismo vem se fortalecendo e galgando novas conquistas, para Roche (2002) a ampliação de seus trabalhos vem gerando uma crescente pressão para que demonstrem as mudanças provocadas no cenário social em decorrência de suas intervenções. A avaliação de impacto consiste num instrumento capaz de proporcionar a compreensão das efetivas modificações provocadas no panorama social. Roche (2002) define impacto como:

Mudanças significativas ou permanentes nas vidas das pessoas, ocasionadas por determinada ação ou série de ações- os programas podem fazer uma diferença na vida das pessoas, mesmo que essas mudanças não sejam duradouras, eternas (.....) Avaliação de impacto é a análise sistematizada das mudanças duradouras ou significativas- positivas ou negativas, planejadas ou não- nas vidas das pessoas e ocasionadas por determinada ação ou uma serie de ações. (ROCHE, 2002, p.36 e 37);

É importante, sem duvida, que se tenha conhecimento dessas mudanças, visto que, mesmo originais com as melhores das intenções, determinadas medidas e ações podem gerar impacto imprevisto e, até mesmo, indesejável. Ou seja, deve se ter o olhar voltado para as mudanças esperadas e inesperadas, positivas ou negativas.

Como já visto, a avaliação de impacto tem como principal objetivo a tomada de conhecimento acerca das mudanças ocasionadas na vida das pessoas em decorrência da intervenção do programa social implantado. Ainda complementando a discussão, Tenório (2003, p.14) diz que a avaliação “é um processo de verificação do seu desempenho na solução de problemas enfrentados por uma comunidade, ela é implementada *um-com-o-outro*,” ou seja, “com as pessoas e não para elas.”

Assim para um melhor entendimento, Roche (2002) discute algumas medidas preparatórias que deverão ser adotadas a fim de melhor elucidar o entendimento com relação a avaliação de impacto: definição do objetivo da avaliação de impacto, modelos de mudança (o que mudou e por quê?), definição das áreas de mudança e dos indicadores que devem ser avaliados, definição das unidades de mudança, identificação das informações existentes, definição dos envolvidos na avaliação, definição da equipe de avaliação e treinamento, amostragem e tempo da avaliação, checagem de referencia cruzada e definição de ferramentas e técnicas de coleta de dados.

4 DEFINIÇÃO DO OBJETIVO DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO

Conforme já exposto anteriormente, a avaliação de impacto tem como objetivo principal identificar que impacto se espera com determinado programa.

Tenório (2003) salienta que a verificação deverá investigar se o projeto irá atender, atende ou atendeu às necessidades da comunidade e que por isso ela deve ser feita tanto por agentes financiadores quanto pela população beneficiária do projeto. Porém, Roche (2002) alerta que pode haver tensões quanto ao entendimento desses objetivos pelos diferentes grupos que estão envolvidos no processo com interesses distintos. Portanto, o esclarecimento das expectativas e do que diferentes grupos participantes do processo avaliativo interpretam como impacto, podem auxiliar na criar e na compreensão partilhada do processo, proporcionando empenho no sentido convergente para atingir os objetivos da avaliação. Devem ser analisados também: os recursos financeiros e humanos disponíveis, prazo a ser visualizado, o período do projeto a ser avaliado, as atividades colocadas em prática e o suposto impacto do projeto em questão.

4.1 MODELOS DE MUDANÇAS (O QUE MUDOU E POR QUÊ?)

A definição do modelo é um importante guia para o direcionamento da avaliação de impacto a algumas supostas mudanças. Roche (2003) coloca que a mudança pode ser: linear - feita essencialmente pela medição da mudança, ou seja, os insumos conduzem a um resultado e conseqüentemente a uma mudança; e não-linear - os insumos e os resultados podem influenciar mutuamente ou os insumos e os resultados podem chegar a mudanças não planejadas. Exemplificando: ação “A” conduz a um resultado “B”, que gera um efeito ou impacto “C”, isto para a mudança linear, já para a mudança não-linear, influencias de “B” sobre “A”, geram um efeito ou impacto inesperado “E”.

4.1.1 Definição das áreas de mudança e dos indicadores que devem ser avaliados.

Quanto às definições das áreas de mudanças Roche (2003) fez três abordagens em seus estudos, assim sintetizadas:

- a) Quando aplicados em estudos retrospectivos, é conduzida por projeto e envolve uma revisão tanto do estado do projeto, quanto do ambiente externo, a fim de determinar que indicadores serão mais importantes para se explorar;
- b) Explora as mudanças provocadas pelo projeto, conforme indicado pelas várias partes interessadas usando listas de verificação mais amplas. Por Ex: saúde e segurança, o conhecimento, a excelência no trabalho e o lazer, as relações com os outros, a beleza, a religião, etc ;
- c) Não só olha para o impacto a partir de uma perspectiva de uma organização ou do projeto que apóia, mas começa a verificar que mudança é mais significativa na vida das pessoas, independente de qualquer projeto.

Após a tomada das áreas de mudanças, o passo seguinte é o que concerne a definição dos indicadores pois estes estão diretamente ligados ao tipo de cada projeto e também irá depender do estágio em que cada um se encontrar e estão diretamente relacionados aos produtos e processos e aos seus impactos. Roche (2003) destaca três categorias:

Figura 1 – Tipos de indicadores

Riqueza material	Medidas de bem-estar social ou capital humano	Medidas de empoderamento ou capital político
Bens (terra, gado, casa...) renda, crédito e economias, ocupação, salários, despesas, qualidade na alimentação, etc.	Condição de saúde, mortalidade infantil, água, saneamento e educação, alfabetização e frequência escolar.	Incluem a propriedade e o controle sobre o patrimônio, percepções do bem-estar, qualidade de vida, participação nas tomadas de decisões, acesso aos recursos públicos, etc.

Fonte: Adaptação de Roche, 2003, p. 66

Com relação aos indicadores deve-se buscar aqueles baseados em áreas-chaves, que explorem as mudanças mais significativas e que possam ser usados para desenvolver futuros indicadores.

4.1.2 Definição das unidades de mudança

Esta decisão depende dos objetivos do programa e dos tipos de impactos a serem avaliados. Roche (2003) enumera alguns exemplos: individual, no sentido de explorar problemas de relações sociais; domiciliar, permite avaliação da renda, bens, consumo e trabalho conjunto e apreciação da união entre indivíduos/comunidade; e grupal, permite o entendimento da ação coletiva e do capital social. Ou seja, deve-se definir se será avaliada a mudança nos indivíduos, nas comunidades, nas organizações ou em todos eles. Esta decisão depende do tipo de programa em questão e do tipo de impacto a ser avaliado.

4.1.3 Definição dos envolvidos e equipe de avaliação

Como já fora citado, a avaliação de projetos comunitários tem por objetivo principal analisar as mudanças ocorridas pelo projeto num sentido que abranja toda a comunidade envolvida, tanto a interna, quanto a externa. Assim, a composição da equipe de avaliação de impacto é uma questão polêmica, pois alguns autores consideram importante a participação de pessoas ligadas ao programa; outros acreditam que o sucesso da avaliação relaciona-se com o fato de ser realizada por pessoas externas ao programa.

Porém Roche (2003) defende que quanto mais pessoas estiverem envolvidas com o processo mais apurado serão os resultados alcançados. Assim reverão fazer parte do processo: Homens e mulheres, os beneficiários do programa, não participantes de projeto (mas com características semelhantes àqueles que o projeto apóia), grupos excluídos e dispensados (para entender como isso se deu e efeitos negativos), funcionário do projeto (risco de manipular os dados por temer que o resultado afete seu emprego ou afete a alocação de recursos futuros), os doadores, governo local, outras ONGs, agencias internacionais. Ou seja, fazer uso de equipe local, bem como de especialistas externos.

Logo, para obter os resultados esperados é necessário fazer uma checagem de referência cruzada. Este é um processo importante para que se evite julgamentos contraditórios uma vez que a avaliação poderá trazer consigo dados que muitas vezes pode refletir interesses específicos e individuais. Como é um processo coletivo deverá objetivar os mecanismos provenientes dos diferentes grupos e dos diferentes pontos de vista da grande variedade de pessoas que estão envolvidas no processo de avaliação. Portanto, deve fazer uso de diferentes informantes ou fontes de informação: dentro das comunidades e entre as comunidades

5 CONCLUSÕES

A existência de avaliação de políticas públicas em experiências populares, tem se demonstrado como condição relevante para o bom desempenho de programas sociais, principalmente no que refere às efetivas mudanças que essas localidades têm vivenciado.

A participação social faz a diferença. Mais que uma frase de efeito, é a certeza de que o diferencial está na participação ativa dos sujeitos nos momentos de decisão, execução e controle das políticas sociais. Para participar, no sentido cidadão, é preciso conhecer, ter informações, saber o montante de recursos empregados, e como serão gastos – em quê e com o quê. É se apropriar coletivamente de algo que é seu. À medida que há uma apropriação individual e coletiva muda substancialmente a postura individual e coletiva, passa-se a ser sujeito ativo e não objeto das ações, exigente e fiscalizador.

Avaliação de políticas sociais é um tema da atualidade de enorme relevância, face às análises dos baixos resultados obtidos nas políticas sociais brasileiras e as novas exigências colocadas pela conjuntura brasileira e internacional, mas que exige construções metodológicas que permitam captar as tendências, o movimento da sociedade e as alterações significativas na qualidade de vida dos cidadãos beneficiários.

REFERÊNCIAS

BARROS, Marizeth A.; SANTOS, Thaís C. Terceiro Setor: racionalidade instrumental ou substantiva? **Revista Espaço Acadêmico**. n. 113, out. 2010.

CAMPELO, Amanda F. A. **Avaliação de programas sociais em ONGs**: discutindo aspectos conceituais e levantando algumas orientações metodológicas sobre avaliação de impacto. Disponível em : <http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/avaliacaoprogrsociais_amandafcampelo.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2011.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: _____. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 279- 301.

DEUTSHER, Irwin. **Social theory, social programs and social program evaluation**: a metatheoretical note. Carbondale: The Sociological quarterly, 1979.

FIGUEIREDO, Marcus F.; FIGUEIREDO, Argelina M. C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referencia teórica. **Análise e conjuntura**. Belo Horizonte, set/dez. 1986.

KHANDKER, Shanhidur R.; KOOLWZAL, Gayatri B.; SAMAD, Hussain A. **Handbook on impact evaluation**: quantitative methods and practices. Washington, DC: The World Bank, 2010.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ROCHE, Chris. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs**: aprendendo a valorizar as mudanças. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TACHIZAWA, T. **Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor**: criação de ONGs e Estratégias de Atuação. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TENÓRIO, Fernando G. (Coord.). **Avaliação de projetos comunitários**: abordagem prática. 4.ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.

WEISS, Carol H. **Investigacion Evaluativa: métodos para determinar La eficiência de los programas de acción**. Nueva Jersey: Ed. Engle Wood Cliffs, 1978.